

28 de MARÇO, DIA NACIONAL DOS CENTROS HISTÓRICOS PORTUGUESES

**Sob o signo de Alexandre Herculano, patrono dos centros históricos
Insistir neste tempo do património, valorizando o património do próprio tempo**

José Miguel Noras, Presidente do Conselho de Curadores dos Centros Históricos Portugueses

Aos municípios cabe, em cada momento, a tarefa de solidária liderança e parceria diante dos desafios que a salvaguarda do património cultural representa, enquanto factor identitário e atractivo turístico por excelência. Às autarquias cumpre, igualmente, escolher o que mais interessa valorizar e legar aos vindouros. De facto, um centro histórico, enquanto ser vivo em permanente actividade/transição, não consiste apenas no conjunto de bens patrimoniais que o passado nos trouxe. Resulta, igualmente, da acção valorizadora que, em cada época, é exercida pelos cidadãos, pelas autarquias e por outras entidades no que toca à preservação/construção para a fruição do património.

De entre os aspectos essenciais que se colocam neste domínio, há que atender, logo à partida, à problemática da reabilitação. Importa, assim, definir a política de reabilitação que se pretende concretizar para que um centro histórico, devidamente preservado, possa ser usufruído no nosso tempo e nas épocas da posteridade.

Para conhecermos qual é a política de reabilitação adoptada autarquia a autarquia, importará saber se o seu objectivo é tornar o centro histórico num endereço turístico, mais ou menos apelativo, ou, se a par de um alegado destino para fruição de visitantes, cada município preconiza uma reabilitação centrada na vida e nas pessoas que residem nos centros históricos, evitando, assim, que estes se tornem necrópoles. Esta política de reabilitação visa reverter a anunciada sentença ditada pelo “sentido tumular de coisa morta”, investindo-se na vivificação do centro histórico.

Aqui chegados, lembramos algumas medidas apresentadas por Alexandre Herculano relativamente à fruição do centro histórico. Para este investigador, escritor, poeta, autarca, publicista, político e agricultor, essa fruição tem de envolver a participação de quem habita os lugares com o seu amor a cada terra. Um sítio, carinhosamente cultivado pelos seus habitantes e pela administração municipal, tem, logo à partida, na perspectiva herculaniana, uma vantagem acrescida como factor de atracção de visitantes e de multiplicação da riqueza local.

Decorre das lições extraídas de “Monumentos Pátrios” (1), de Herculano, a tese de que é necessário salvaguardar a herança que nos coube receber, proporcionando mais “qualidade de existência” a quem habita os centros históricos sob o venerando culto de uma fruição partilhada e responsável do património. A cada município cabe, ainda, a imperiosa necessidade de dotar os centros históricos de todas as condições de atractividade, mediante a instalação de “equipamentos de excelência” e a promoção de “eventos únicos”, a fim de tornar tais núcleos históricos em locais de “peregrinação” turística — tendencialmente obrigatória — de visitantes nacionais e de estrangeiros.

É pautada por tamanhas metas e preocupações que a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico tem vindo a intervir, procurando debelar os constrangimentos a tais desideratos, ao promover seminários e encontros para aperfeiçoamento técnico dos “agentes do património”, sem esquecer a permuta de informações e a troca de experiências entre as autarquias mobilizadas para a salvaguarda e para a valorização histórica e turística da sua herança cultural. A estimulante multiplicidade de pontos de vista e de métodos de intervenção é abordada em debates que integram os encontros nacionais de municípios com centro histórico, realçando-se as boas práticas adoptadas em cada autarquia, bem como a necessidade de actualização dos mecanismos legais, visando melhorar a acção dos municípios em áreas urbanas degradadas e diminuir o peso da burocracia que ainda existe e que, em alguns casos, compromete os projectos autárquicos no que se refere à defesa do património.

Desde que estes encontros nacionais começaram, nos anos 80 do século XX, as conclusões no que toca à salvaguarda e à fruição do património sempre apontaram para a urgência em abordar a questão aqui colocada da reabilitação, tornando-a uma prioridade nacional. Com efeito, houve sempre entre nós, portugueses, uma espécie de enfeitiçamento ou de miragem pela construção dos chamados elefantes brancos em lugar de se conceder uma oportunidade às preexistências, espaços quase sempre já infraestruturados, permitindo economia de meios nesse domínio. No contexto da União Europeia, estamos praticamente no fim da tabela, no que toca ao esforço de conservação e de reabilitação. A construção de raiz foi para nós, mais suasória do que a salvaguarda das raízes. Damos prioridade quase absoluta à construção nova em detrimento do património herdado. As consequências estão à vista de todos: existem centenas de milhares de casas desocupadas e belos edifícios antigos em risco de ruína e cujas recuperações não sucedem por escassez de meios, os meios que foram utilizados em miragens imobiliárias.

Para além dos encontros nacionais e da atribuição do Prémio Nacional de Arquitectura “Alexandre Herculano”, outras iniciativas são anualmente organizadas sob a égide da APMCH. O Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses, coincidindo com o aniversário natalício de Alexandre Herculano, comemora-se a 28 de Março. Este ano de 2020 será festejado, em data a anunciar, na cidade de Tavira, que comemora, em seus pendões mais nobres, o meio milénio da elevação a cidade.

Para melhor fruição do nosso legado cultural, é preciso insistir neste tempo do património, valorizando o património do próprio tempo.

(1) Os primeiros textos de Alexandre Herculano que constituíram “Monumentos Pátrios” surgiram, pela primeira vez, em 1838-1839, no Jornal *O Panorama*



PRÉMIO NACIONAL “MEMÓRIA E IDENTIDADE”

A Direcção da APMCH deliberou atribuir o Prémio Nacional “Memória e Identidade” 2020 ao Doutor Cláudio Torres.

Esta decisão não pretende apenas reconhecer o trabalho exemplar de Cláudio Torres como arqueólogo e investigador, como também reconhecer na sua figura a importância da Arqueologia para o conhecimento e salvaguarda dos nossos centros históricos.

Nascido em 1939, Cláudio Torres foi fundador e Director do Campo Arqueológico de Mértola. Fundador e director da revista "Arqueologia Medieval". Doutor "honoris causa" pela Universidade de Évora (2001). Prémio Pessoa 1991. Em 1993 foi investido pelo Presidente da República com a Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. Desde 2006, membro do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR).



Foto de António Pedro Ferreira, Jornal Expresso

Entre 1974 e 1986, docente de várias cadeiras ligadas à História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre 1986 e 1996, chefe da Divisão Sociocultural da Câmara Municipal de Mértola. Entre 1996 e 2002 (data da sua reforma), diretor do Parque Natural do Vale do Guadiana. Em 2001 Representante de Portugal no Comité do Património Mundial da UNESCO. Entre 1996 e 2007, Presidente da Comissão Nacional Portuguesa dos Monumentos e Sítios – ICOMOS. Entre 2004 e 2012, Coordenador Nacional da Rede Portuguesa da Fundação Anna Lindh.



REUNIÃO DA DIRECÇÃO EM TORRES NOVAS

Realizou-se no dia 31 de Janeiro na Alcaldaria do Castelo de Torres Novas a reunião da Direcção da APMCH, dirigida pelo seu presidente, Hugo Miguel Henrique Pereira, na qual foram perspectivadas as iniciativas que a Associação tinha programadas para o início deste ano, algumas das quais foram posteriormente adiadas para data a anunciar, tendo em conta o período excepcional que vivemos, tendo sido decretado o Estado de Emergência devido à pandemia resultante do COVID-19.

As comemorações oficiais do Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses, previstas para o Município de Tavira no dia 28 de Março, a outorga nesse mesmo dia da Medalha de Ouro da APMCH a esse Município por ocasião dos 500 anos da elevação de Tavira a Cidade e a atribuição do Prémio Nacional “Memória e Identidade” ao Doutor Cláudio Torres foram adiadas para data a anunciar, bem como a reunião da Direcção e a sessão da Assembleia Geral previstas para o dia 27 de Março para aprovação do Relatório de Actividades e das Contas de 2019 e para a eleição do novo Conselho de Curadores dos Centros Históricos Portugueses. A realização do Seminário “Fortificações Abaluartadas da Raia” previsto para os dias 3 e 4 de Julho em Almeida transitará para o final de Agosto, integrando-se na efeméride do Cerco de Almeida, e mantém-se como prevista a realização do XVIII Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico para os dias 22, 23 e 24 de Outubro no Município de Almada.

PARTICIPE NA VIDA DA SUA ASSOCIAÇÃO. COLABORE NAS INICIATIVAS DA APMCH

SE NÃO É ASSOCIADO, ADIRA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO

VISITE O NOSSO SITE www.apmch.pt